



TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20 | (anteriormente denominada TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.)

Relatório da Administração

A Administração da TERP GLBL Brasil I Participações S.A. ("Companhia" ou "TERP") apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Mensagem da Administração: Com grande satisfação, apresentamos nosso desempenho de 2024, um ano marcado por um cenário regulatório e econômico desafiador. Reformulamos nossa estrutura de capital através de emissão de debêntures e continuamos comprometidos com a melhoria contínua de nossos processos. Sobre a TERP: A TERP é uma holding que atua no segmento de geração de energia renovável por meio de suas controladas diretas, Sociedades de Propósitos Específicos ("SPEs") que, em conjunto, constituem o Complexo Eólico Alto Sertão I, localizado nos municípios de Guanambi, Caetité e Igarorá, no sudoeste do Estado da Bahia, Brasil, que possui autorizações para exploração outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com vigência até agosto de 2045. A TERP contratou serviços administrativos e de gestão de O&M da Elera Renováveis S.A. ("Elera"), empresa pertencente ao grupo econômico da Brookfield Corporation ("Brookfield"). A Elera é a plataforma da Brookfield responsável por operar os investimentos no setor de geração de energia renovável centralizada no Brasil e possui grande experiência operacional e administrativa. A Elera tem sob sua gestão uma capacidade instalada de aproximadamente 3,4 GW em um vasto portfólio de ativos renováveis, nos segmentos eólico, hidráulico, solar e de biomassa. Desempenho econômico-financeiro: A receita operacional da Companhia decorre da venda de energia em contratos de longo prazo com empresas distribuidoras de energia à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que representa os consumidores de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (leilões). Esses contratos contêm oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços. Atualmente, a Companhia possui 14 (quatorze) parques eólicos em operação, com a capacidade instalada e geração total de 294,4 MW e 1.063.590 MWh, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Três grandes fatores impactaram a receita da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo eles: (i) recurso eólico; (ii) curtailment; e (iii) disponibilidade dos aerogeradores. O curtailment refere-se à redução ou corte forçado da geração de energia, especialmente em usinas de fontes renováveis, como eólicas e solares, quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a receita operacional líquida foi impactada na ordem de -11,2% devido ao recurso eólico abaixo da certificação P50 e -8,1% devido a cortes de geração relacionados ao curtailment, em comparação com o planejado para o exercício. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo ajuste anual de atualização monetária sobre os preços por MWh, conforme definido em contrato. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a receita operacional líquida foi impactada na ordem de -2,6% devido a cortes de geração relacionados ao curtailment, sendo o recurso eólico aderente a certificação P50, em comparação com o planejado para o exercício. Adicionalmente, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita operacional líquida foi impactada na ordem de -10,4% devido ao recurso eólico abaixo da certificação P50 e -3,9% devido a cortes de geração relacionados ao curtailment, em comparação com o planejado para o exercício. Não identificamos impactos relevantes devido a disponibilidade dos aerogeradores em 2024, 2023 e 2022. Dessa forma, a receita operacional líquida totalizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, R\$335.932 mil, uma redução de 5,0% quando comparado ao exercício de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida totalizou R\$353.665 mil, um aumento de 9,5% quando comparado ao exercício de 2022, quando totalizou R\$323.039 mil, o principal fator que justifica isso é o crescimento da geração de energia de

eletricidade física. Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados totalizaram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, R\$161.012 mil, um aumento de 13,0% quando comparado ao exercício de 2023, devido ao aumento nos custos dos contratos de O&M, ao aumento dos custos com taxas regulatórias e à aquisição de imobilizados gerando mais depreciação, principalmente, em máquinas e equipamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 os custos dos produtos e serviços prestados totalizaram R\$142.466 mil, um aumento de 16,0% quando comparado ao exercício de 2022, quando totalizaram R\$122.790 mil, devido à aquisição de imobilizados gerando mais depreciação, principalmente, em máquinas e equipamentos e incremento nos custos com taxas regulatórias. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$6.636 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em linha com os gastos incorridos no exercício de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$6.798 mil, um aumento de 6,3% quando comparado ao exercício de 2022, quando totalizaram R\$6.398 mil, refletindo reajustes anuais de inflação em contratos de prestação de serviços. O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi uma despesa financeira de R\$4.686 mil, um aumento de 269,0% em relação ao exercício de 2023, quando o valor representou despesa financeira de R\$1.270 mil. Este aumento no resultado financeiro é reflexo de ajustes e variações nas operações financeiras da empresa e da captação de dívida. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado financeiro teve uma redução de 1,6% em comparação ao exercício de 2022, quando representou despesa financeira de R\$1.291 mil. A despesa de imposto de renda e a contribuição social corrente totalizaram R\$11.753 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução quando comparado ao exercício de 2023, em razão das menores receitas registradas no ano, base para a tributação das SPEs que são tributadas pelo lucro presumido. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a despesa de imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R\$11.831 mil, um aumento de 9,0% quando comparado ao exercício de 2022, quando totalizou R\$10.850 mil, acompanhando o crescimento da receita que impactam a despesa de imposto de renda e contribuição social corrente pelos fatores acima mencionados. O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$149.387 mil, uma redução de 18,8% em relação ao exercício de 2023, que totalizou R\$183.882 mil. Esta redução no lucro líquido reflete, principalmente, a variação negativa no Lucro Bruto da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apresentou um aumento de 1,5% em relação ao exercício de 2022, quando o lucro líquido foi de R\$181.215 mil. O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$262.482 mil, uma redução de 9,1% quando comparado ao exercício de 2023, refletindo os impactos de menor recurso e curtailment no exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA foi de R\$288.624 mil, um aumento de 8,2% quando comparado ao exercício de 2022, quando totalizou R\$266.820 mil, no ano de 2022 a geração superou os impactos do curtailment. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance gerencial para avaliar a situação financeira da Companhia e para comparação com empresas similares. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho operacional, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido dos exercícios para o EBITDA e a Margem EBITDA, calculada através do EBITDA dividido

pela receita operacional líquida.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)	AH (R\$)
	2024	2023		
Lucro líquido do exercício	149.387	183.882	(18,8)%	(34.495)
Resultado financeiro	4.686	1.270	269,0%	3.416
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.753	11.831	(0,7)%	(78)
Depreciação e amortização	96.656	91.641	5,5%	5.015
EBITDA	262.482	288.624	(9,1)%	(26.142)
Receita operacional líquida	335.932	353.665	(5,0)%	(17.733)
Margem EBITDA	78,1%	81,6%	(3,5) p.p.	n.a.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)	AH (R\$)
	2023	2022		
Lucro líquido do exercício	183.882	181.215	1,5%	2.667
Resultado financeiro	1.270	1.291	(1,6)%	(21)
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.831	10.850	9,0%	981
Depreciação e amortização	91.641	73.464	24,7%	18.177
EBITDA	288.624	266.820	8,2%	21.804
Receita operacional líquida	353.665	323.039	9,5%	30.626
Margem EBITDA	81,6%	82,6%	(1,0) p.p.	n.a.

n.a.: não aplicável. Sustentabilidade e Relacionamento com a Comunidade: Por fazer parte da plataforma de gestão de ativos proporcionada pela Elera, a TERP dispõe de estratégia ESG que proporciona o cuidado aos seus colaboradores, respeito à diversidade e garantia de conformidade em suas operações. De acordo com essa estratégia, a Companhia permaneceu empenhada em construir, nas comunidades onde atua, um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente sustentável e buscou melhorias que permitiram aprimorar sua gestão e assegurar a responsabilidade ambiental. A Política de Responsabilidade Social e a Política de Relacionamento com as Comunidades da Elera, à qual a TERP participa através de seu contrato de gestão, estabelecem as diretrizes para as relações da Companhia com a população localizada na área de influência direta e indireta dos ativos, com base na integridade, na transparência e no respeito aos direitos humanos. Estrutura de Governança: Como parte de um portfólio global da Brookfield, a Companhia, através da gestão da Elera, segue as decisões da Administração, ou seja, todas as atividades reportadas à sua gestão são relatadas à Brookfield. Nesse contexto, a TERP dispõe de uma estrutura de governança devidamente atuante que proporciona à sua Diretoria, dentre outros: (a) Política de remuneração; (b) Comunicação de impactos e preocupações cruciais para a liderança; (c) Comitês corporativos; (d) Gestão de Ética e Integridade nos Negócios; (e) Conduta empresarial, sendo signatária do Pacto Global da ONU desde 2022; (f) Programa de Compliance; e (g) Combate à Corrupção que endereça tolerância zero com atos de suborno e corrupção. Informações Adicionais: Auditores independentes: Em 2024, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. prestou apenas serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não prestou outros serviços não relacionados à auditoria. A Companhia, na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria junto à EY, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Companhia destaca ainda que está sujeita, no processo de contratação dos auditores independentes, bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, dentre outras coisas, à submissão do escopo dos serviços para análise prévia do comitê de auditoria da Brookfield Renewable Partners.

A Administração

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado			Notas	Controladora			Consolidado		
		2024	2023	2022	2024	2023	2022		2024	2023	2022	2024	2023	2022
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.179	8.434	4.144	30.958	18.668	16.997	9	12.169	8.345	5.278	51.621	14.038	14.455
Contas a receber	4	75.996	32.138	26.620	60.781	43.287	32.232	12	2.353	—	—	2.353	—	—
Estoques		2.955	3.008	735	4.865	4.918	2.494		456	177	1.550	6.541	8.715	8.639
Dividendos a receber	19	37.169	49.119	47.128	—	—	—		297	289	310	297	289	308
Tributos a recuperar	5	10.100	8.871	8.379	13.043	9.076	8.516	190	—	47.971	53.304	—	47.971	53.304
Despesas antecipadas		—	—	—	1.139	956	1.042		8	59	530	882	1.020	1.295
Outros créditos		213	31	812	24	4.142	4.459		197	156	—	201	159	—
Total do ativo circulante		135.612	101.602	87.820	110.810	81.047	65.740		15.531	57.468	61.310	61.895	72.192	78.001
Não circulante														
Contas a receber	4	—	—	—	20.765	55.760	60.540		9	—	—	6.171	12.443	16.849
Depósitos judiciais		—	—	—	856	442	—		12	795.280	—	795.280	—	—
Investimentos	6	693.412	849.566	925.961	—	—	—		8	1.350	861	1.290	29.533	28.977
Imobilizado	7	8.590	6.847	7.327	781.013	868.639	946.705		11	—	—	19.827	18.214	16.732
Ativo de direito de uso	8	1.549	1.122	1.785	26.450	26.932	26.698			—	—	186	186	188
Total do ativo não circulante		703.551	857.535	935.073	829.084	951.773	1.033.943		796.630	861	1.290	850.997	59.820	61.389
Total do ativo		839.163	959.137	1.022.893	939.894	1.032.820	1.099.683							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Reserva de lucros				Lucros acúmulo	Total Patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de lucros	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		388.413	—	—	4.163	490.093	882.669
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	13.d	—	—	—	—	(58.287)	(58.287)
Lucro líquido do exercício	13.d	—	—	—	—	181.215	181.215
Distribuição de lucros mínimos obrigatórios	13.b	—	—	—	—	(45.304)	(45.304)
Reserva de lucros	13.b	—	—	—	135.911	(135.911)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022		388.413	—	—	4.163	567.717	960.293
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	13.d	—	—	—	—	(197.397)	(197.397)
Lucro líquido do exercício	13.d	—	—	—	—	183.882	183.882
Distribuição de lucros mínimos obrigatórios	13.d	—	—	—	—	(45.970)	(45.970)
Reserva de lucros	13.b	—	—	—	137.912	(137.912)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		388.413	—	—	4.163	508.232	900.808
Redução de capital ocorrida no exercício	13.a	(367.413)	—	—	—	—	(367.413)
Distribuição de dividendos de anos anteriores	13.d	—	—	—	—	(508.232)	(508.232)
Distribuição de dividendos do ano corrente	13.d	—	—	—	—	(143.385)	(143.385)
Redução de reserva de capital	13.c	—	—	—	—	(4.163)	(4.163)
Lucro líquido do exercício	13.b	—	—	—	—	149.387	149.387
Constituição de reserva legal	13.b	—	4.200	—	—	(4.200)	—
Reserva de lucros	13.b	—	—	—	1.802	(1.802)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.000	4.200	—	1.802	—	27.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		2024	2023	2022	2024	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		149.387	183.882	181.512	161.140	195.713	192.065
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa							
Depreciação e amortização da mais valia	7	19	13	2	95.280	89.829	71.812
Depreciação de ativo de direito de uso	8	467	859	766	1.376	1.812	1.652
Juros sobre empréstimos	12 e 17	2.353	—	—	2.353	—	—
Juros sobre passivo de arrendamento	8	121	132	126	2.782	2.404	2.280
Baixa de ativo imobilizado	7	339	1.729	—	1.321	3.662	1.561
Resultado de equivalência patrimonial	6	(148.329)	(188.261)	(180.767)	—	—	—
Atualização da provisão de desmobilização	11	—	—	—	1.613	1.482	—
(Aumento) redução nos ativos operacionais							
Contas a receber		(43.858)	(5.518)	(15.381)	17.501	(6.275)	(5.701)
Estoques		53	(2.273)	32	53	(2.424)	111
Tributos a recuperar		(1.229)	(492)	(2.447)	(3.967)	(560)	(2.482)
Depósitos judiciais		—	—	—	—	(442)	1
Despesas antecipadas		1	1	—	(183)	86	(80)
Outros créditos de ativo		(182)	781	(538)	4.118	317	(950)
Aumento (redução) nos passivos operacionais							
Fornecedores		3.824	3.067	(1.208)	31.311	(4.823)	14.727
Obrigações sociais e trabalhistas		8	(21)	56	8	(19)	54
Obrigações tributárias		279	(1.373)	(151)	103	(956)	(4.901)
Outros passivos		41	156	(297)	42	157	1.297
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	—	(14.030)	(10.799)	(10.583)
Dividendos recebidos		196.153	188.310	164.742	—	—	—
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		159.447	180.992	146.447	300.821	269.164	260.863
Fluxo de caixa das atividades de investimento							
Redução de capital em empresas investidas		120.280	74.355	101.349	—	—	—
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(2.101)	(1.262)	(2.842)	(8.975)	(15.425)	(14.732)
Adições de depósitos e rendimentos – vinculados		—	—	—	(414)	—	—
Caixa líquido gerado pelas (aplicado							



TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20 | (anteriormente denominada TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.)

... continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Local	Percentual de participação (%)		
				2024	2023	2022
Centrais Eólicas Alvorada Ltda. ("Alvorada")	8,00	695/2010	Caelité-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Candiba Ltda. ("Candiba")	9,60	691/2010	Guanambi-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Guanambi Ltda. ("Guanambi")	20,80	700/2010	Guanambi-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Guirapá Ltda. ("Guirapá")	28,80	743/2010	Guanambi-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Igaporá Ltda. ("Igaporá")	30,40	696/2010	Igaporá-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda. ("Ilhéus")	11,20	690/2010	Igaporá-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda. ("L. de Almeida")	24,00	692/2010	Guanambi-BA	100	100	100
Centrais Eólicas N. S. Conceição Ltda. ("N. S. da Conceição")	28,80	693/2010	Igaporá-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Pajéu do Vento Ltda. ("Pajéu do Vento")	25,60	694/2010	Caelité-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Pindaí Ltda. ("Pindaí")	24,00	699/2010	Guanambi-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Planaltina Ltda. ("Planaltina")	27,20	697/2010	Caelité-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda. ("Porto Seguro")	6,40	698/2010	Igaporá-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. ("Rio Verde")	30,40	742/2010	Caelité-BA	100	100	100
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. ("Serra do Salto")	19,20	689/2010	Guanambi-BA	100	100	100

As controladas da Companhia detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para exploração de parques eólicos, nos municípios de Guanambi, Caelité e Igaporá, no estado da Bahia, com prazo de autorização de operação até agosto de 2045. As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TERP GLBL Brasil I Participações foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2025. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais** – **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, sendo a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCP 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo são as seguintes: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. b.1) **Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Mensuração subsequente:** O Grupo classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensuração de custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Essa classificação depende do modelo de negócios para administrar o ativo financeiro e dos prazos contratuais dos fluxos de caixa, conforme, sendo: i) **Custo amortizado:** São aqueles mantidos para receber fluxos de caixa contratuais no pagamento do principal e juros em datas específicas. Um ganho ou perda é reconhecido no resultado quando do desreconhecimento do ativo ou na redução ao valor recuperável. A receita de juros é incluída na receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo e classificados na categoria de custo amortizado são: • Caixa e equivalentes de caixa; • Contas a receber; • Dividendos a receber. b) **Instrumentos financeiros:** ii) **Valor justo por meio do resultado:** São aqueles que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (esse último não utilizado pelo Grupo). Os custos de transação relacionados são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A não ser que se integrem em uma relação de cobertura, estes ativos são mantidos ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado. A receita de juros desses ativos é incluída na receita financeira. O Grupo não possui ativos financeiros reconhecidos e classificados na categoria de valor justo por meio do resultado. b.2) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i) **Custo amortizado:** Compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Grupo e classificados nessa categoria são: • Fornecedores; • Empréstimos e financiamentos; • Dividendos a pagar; • Passivo de arrendamento. ii) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. O Grupo não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. c) **Contas a receber:** O saldo de contas a receber corresponde a um recebível que é reconhecido pelo valor justo da contraprestação referente a prestação de serviços e vendas de energia elétrica. d) **Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas. Adicionalmente, o Grupo classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como atividades operacionais. e) **Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. f) **Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. g) **Outros créditos e outras obrigações:** São demonstrados ao valor de custo ou realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas. h) **Investimentos:** Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 6), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma controlada excede a participação da Companhia naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídos ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade. As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida reduz o valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado. Quando uma empresa da Companhia realiza uma transação com ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Companhia. A mais valia apurada pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foi amortizada de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. Na demonstração financeira consolidada, a mais valia foi alocada na rubrica do ativo imobilizado. i) **Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas

transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. A Companhia possui transações com parte relacionada no exterior, em reais, que sofreram alterações contratuais ao longo do exercício de 2018, que após alterações contratuais passaram a não mais atender as definições de passivos financeiros conforme Pronunciamento Técnico CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e, portanto, foram contabilizados como contribuição de capital no patrimônio líquido da Companhia (Nota 13. c). j) **Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na avaliação exercida pelo Grupo na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram apaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe. As vidas úteis dos ativos do Grupo são demonstradas na Nota 7 e os critérios de depreciação são demonstrados na Nota 2.3 item I.4). Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada. k) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. l) **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva. m) **Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se os contratos firmados são ou contêm um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo: • Terrenos: 320 meses (delimitado pela data de autorização da operação); • Edificações: 45 meses (delimitado pela data de autorização da operação); • Veículos automotores e outros equipamentos: 36 meses (delimitado pela data de autorização da operação). Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. n) **Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. o) **Provisão:** Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o ativo puder ser mensurado de forma confiável. p) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. q) **Reconhecimento da receita:** A receita operacional do Grupo é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Venda de energia elétrica:** A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A auração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo: a energia gerada pelas controladas da Companhia é vendida de duas formas: i) por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); ou ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), ambos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita reconhecida pelas controladas da Companhia é gerada nos Parques Eólicos do Grupo e é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os contratos seguem o modelo de Contratação de Energia de Reserva (CER) e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. As controladas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. No mês subsequente, o valor estimado da contraprestação no mês anterior é estornado a receita efetivamente faturada e reconhecida. Adicionalmente, os contratos CER possuem limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada e estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descritos a seguir: Geração excedente: a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. As controladas da Companhia reconhecem a receita excedente pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a geração excedente é apurada, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no preço antes estabelecido em contrato entre as partes e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. Geração deficitária: a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada con-

trato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada, sendo pagos em 12 parcelas após eventuais compensações com gerações excedentes, e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, sendo pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, mensurado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso nos contratos CER. **Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas:** Se referem a prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) através de contrato firmado entre a Controladora e suas controladas, abrangendo serviços relativos à administração, planejamento, serviços de engenharia, arquitetura, construção civil, manutenção, limpeza e afins. q) **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. As controladas da Companhia apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. r) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. **Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:** r.1) **Provisões:** As provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, civis e tributários. A diretoria do Grupo classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • **Perda provável:** são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • **Perda possível:** são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • **Perda remota:** são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A diretoria do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso simples envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. r.2) **Recuperação de ativos:** O Grupo revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. r.3) **Provisão para desmobilização de ativos:** A provisão de desmobilização é constituída quando se existe o compromisso de devolver o terreno, onde está instalado o empreendimento, nas mesmas condições em que se encontrava antes da criação do parque eólico. Tal provisão é registrada com base no fluxo de desembolso esperado trazido a valor presente. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados quando julgados relevantes pela diretoria, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. r.4) **Vida útil dos ativos:** O ativo imobilizado é depreciado pelo método linear e reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da autorização de operação, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ativo imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo. r.5) **Meio ambiente:** Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão. Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que ocorrem. r.6) **Receita não faturada:** As controladas da Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.2 (m). s) **Apresentação de informações por segmento:** As decisões tomadas pela diretoria do Grupo são baseadas em relatórios consolidados, assim como o suprimento e o fornecimento de energia são realizados por meio de uma rede integrada de geração. As operações das controladas da Companhia são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a diretoria do Grupo concluiu que possui apenas um único segmento de geração de energia eólica reportável. t) **Lucro por ação:** O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias, se aplicável. u) **Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado (DVA) são apresentadas conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informações suplementar para fins do IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme normas do IFRS, sendo preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. v) **Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024:** O Grupo avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, conforme descrito abaixo. O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 06/IFRS 16: Passivo de Locação:** Em um "Sale and Leaseback" (transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Alterações ao CPC 26/IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante com covenants:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. w) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos

continua ...



TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

... continuação

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20 | (anteriormente denominada TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.)

circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica para efeito de teste de recuperabilidade de seus ativos, perante seu desempenho operacional e financeiro. A Companhia e suas controladas não identificaram em sua análise indicativos de mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como indicativos de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis. c) **Imobilizado em curso:** São classificados todos os gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que ele fique disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço para poder passar sofrer a devida depreciação conforme o tempo de vida útil do bem. **8. Arrendamento** – A composição do ativo de direito de uso é a seguinte:

	Edificações	Equipamentos	Veículos	Total
Custo				
31 de dezembro de 2021	642	1.448	-	2.090
Adições	1.090	652	-	1.742
31 de dezembro de 2022	1.732	2.100	-	3.832
Adições	-	196	-	196
31 de dezembro de 2023	1.732	2.296	-	4.028
Adições	-	-	894	894
Transferências	-	(2.005)	2.005	-
31 de dezembro de 2024	1.732	291	2.899	4.922
Depreciação				
31 de dezembro de 2021	(513)	(768)	-	(1.281)
Adições de depreciação	(195)	(571)	-	(766)
31 de dezembro de 2022	(708)	(1.339)	-	(2.047)
Adições de depreciação	(219)	(640)	-	(859)
31 de dezembro de 2023	(927)	(1.979)	-	(2.906)
Adições de depreciação	(220)	(88)	(159)	(467)
Transferências	-	1.848	(1.848)	-
31 de dezembro de 2024	(1.147)	(219)	(2.007)	(3.373)
Total em 31 de dezembro de 2022	1.024	761	-	1.785
Total em 31 de dezembro de 2023	805	317	-	1.122
Total em 31 de dezembro de 2024	585	72	892	1.549

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Veículos	Total
Custo					
31 de dezembro de 2021	24.781	642	1.448	-	26.871
Adições/remensuração	3.186	1.090	652	-	4.928
31 de dezembro de 2022	27.967	1.732	2.100	-	31.799
Adições/remensuração	1.849	-	197	-	2.046
31 de dezembro de 2023	29.816	1.732	2.297	-	33.844
Adições/remensuração	-	-	-	894	894
Transferências	-	-	(2.005)	2.005	-
31 de dezembro de 2024	29.816	1.732	292	2.899	34.739
Depreciação					
31 de dezembro de 2021	(2.168)	(513)	(768)	-	(3.449)
Adições de depreciação	(886)	(195)	(571)	-	(1.652)
31 de dezembro de 2022	(3.054)	(708)	(1.339)	-	(5.101)
Adições de depreciação	(953)	(219)	(640)	-	(1.812)
31 de dezembro de 2023	(4.007)	(927)	(1.979)	-	(6.913)
Adições de depreciação	(909)	(220)	(88)	(159)	(1.376)
Transferências	-	-	1.848	(1.848)	-
31 de dezembro de 2024	(4.916)	(1.147)	(219)	(2.007)	(8.289)
Total em 31 de dezembro de 2022	24.913	1.024	761	-	26.698
Total em 31 de dezembro de 2023	25.809	805	318	-	26.932
Total em 31 de dezembro de 2024	24.900	585	73	892	26.450

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados à data da autorização da operação das controladas e da Companhia, agosto de 2045, considerando o menor prazo. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	1.616	1.575	2.449	60.385	62.605	61.882
Ajuste a valor presente	(207)	(184)	(291)	(29.970)	(32.608)	(32.967)
Passivo circulante	59	530	868	882	1.020	1.295
Passivo não circulante	1.350	861	1.290	29.533	28.977	27.620
A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:						
Saldo em 31 de dezembro de 2021				1.091	25.110	
Pagamento				(801)	(3.403)	
Adição/remensuração				1.742	4.928	
Juros sobre arrendamento				126	2.280	
Saldo em 31 de dezembro de 2022				2.158	28.915	
Pagamento				(1.095)	(3.368)	
Adição				196	2.046	
Juros sobre arrendamento				132	2.404	
Saldo em 31 de dezembro de 2023				1.391	29.997	
Pagamento				(997)	(3.258)	
Adição				894	894	
Juros sobre arrendamento				121	2.782	
Saldo em 31 de dezembro de 2024				1.409	30.415	

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio de taxas que variam entre 8,53% e 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	59	882
2026	59	882
2027	59	882
2028	59	882
2029	59	882
A partir de 2030	1.114	26.005
	1.409	30.415

Informações adicionais: Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19 e transparência requerida, informamos abaixo o impacto no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais com juros efetivos. Para o cálculo da taxa efetiva utilizamos os índices que variam de 12,15% a 13,13%, mais o spread de 0,87%, com base na captação de dívida mais recente de dezembro de 2024 do Grupo. As taxas são aplicadas nos fluxos de pagamento para determinação de seus impactos nos contratos de arrendamento.

	Consolidado		
	2024	2023	2022
Fluxo nominal			
Passivo de arrendamento	60.385	62.605	61.882
Juros embutidos	(29.970)	(32.608)	(32.967)
	30.415	29.997	28.915
Fluxo real efetivo inflacionado			
Passivo de arrendamento	58.328	60.808	60.839
Juros embutidos	(35.373)	(35.208)	(33.024)
	22.955	25.600	27.814

	Controladora			Consolidado		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
9. Fornecedores						
Compra de energia – CCEE (*)	-	-	-46.323	16.032	20.289	
Fornecedores	8.350	8.317	5.278	9.457	9.311	7.247
Contas a pagar – partes relacionadas	3.694	27	-1.874	1.137	3.561	
Seguros	125	1	-138	1	207	
Total	12.169	8.345	5.278	57.792	26.481	31.304
Passivo circulante	12.169	8.345	5.278	51.621	14.038	14.455
Passivo não circulante	-	-	-	6.171	12.443	16.849

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **10. Provisão para contingências** – Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliadas como perda provável. No entanto, as controladas, em 31 de dezembro de 2024, possuem as seguintes contingências avaliadas como perdas possíveis: **TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo administrativo tributário, classificado como perda possível no montante de R\$1.307 (R\$1.211 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 1.094 em 31 de dezembro de 2022), referente a um auto de infração. **Centrais Elétricas Guirapa Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 existem dois processos administrativos tributários, classificados como perda possível no montante de R\$91 (R\$ 1.444 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). **Centrais Elétricas Igaporã Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 existem dois processos, classificados como perda possível no montante de R\$839 (R\$ 5.882 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 575 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação cível indenizatória e um processo administrativo tributário. **Centrais Elétricas Ilhéus Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui ações judiciais de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliadas como perda possível (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2022). **Centrais Elétricas Lincio de Almeida Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliadas como perda possível (R\$10.395 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação de cobrança. **Centrais Elétricas Nossa Senhora da Conceição Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo judicial tributário, classificado como perda possível no montante de R\$906 (R\$ 859 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 955 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma execução fiscal proposta pelo estado da Bahia. **Centrais Elétricas Planaltina Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo judicial tributário, classificado como perda possível no montante de R\$257 (R\$245 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 115 em 31 de dezembro de 2022). **Centrais Elétricas Porto Seguro Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliadas como perda possível (R\$1.365 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 1.353 em 31 de dezembro de 2022). **Centrais Elétricas Rio Verde Ltda.** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos de qualquer natureza decorrentes do curso normal das operações avaliadas como perda possível (R\$29 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 27 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, para as demais controladas, não existem processos

de qualquer natureza, conhecidas pela diretoria, classificadas perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa. Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Consolidado		
	2024	2023	2022
Processos cíveis	-	16.944	1.352
Processos tributários judiciais e administrativos	3.400	4.486	2.814
Total	3.400	21.430	4.166

11. Provisão para desmobilização

	Consolidado		
	2024	2023	2022
Provisão para desmobilização	19.827	18.214	16.732
Total	19.827	18.214	16.732

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado. Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 8,86%. As premissas utilizadas pelas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base a inflação e vida útil do ativo.

Provisão para desmobilização

	Consolidado		
	2024	2023	2022
Saldo inicial	18.214	16.732	15.371
Adição	-	-	-
Atualização	1.613	1.482	1.361
Saldo final	19.827	18.214	16.732

12. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	2024		2023		2022	
	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional	-	-	-	-	-	-
Debêntures	CDI + 0,87% a.a.	2.353	800.000	-	(4.720)	-
Custo de contratação	-	-	-	-	-	-
Total	-	2.353	795.280	-	(4.720)	-

Saldo inicial
Captação
Juros provisionados
Saldo final

Em 05 de dezembro de 2024, a TERP GLBL Brasil I Participações S.A. efetuou sua primeira emissão de debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, com o propósito de destinar os recursos captados a fins corporativos em geral. As debêntures são compostas por 800 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$ 800.000 de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 0,87% a.a., amortizado em parcelas anuais, a partir de 05 de dezembro de 2026. O saldo devedor, composto de principal será amortizado anualmente. Já os juros serão pagos semestralmente, nos meses de junho e dezembro, tendo o contrato como vencimento final a data de 05 de agosto de 2032. As parcelas do não circulante, em 31 de dezembro de 2024, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2026	80.000
2027	80.000
2028	80.000
2029	80.000
2030	80.000
Após 2030	400.000
Total	800.000

A Emissora TERP GLBL Brasil I Participações S.A. está sujeita as garantias dadas aos debenturistas, que incluem alienação fiduciária de ações da Emissora e quotas das subsidiárias, além de cessão fiduciária de direitos creditórios, como direitos decorrentes dos recebíveis advindos das SPES, bem como dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital. Dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo da dívida líquida ajustada versus o EBITDA ajustado de (a) no máximo 4 vezes, até 31 de dezembro de 2026; (b) no máximo 3,5 vezes, até 31 de dezembro de 2028; e (c) no máximo 3 vezes, a partir de 31 de dezembro de 2029 (inclusive), os quais foram devidamente atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A regra do cálculo é definida como: (a) a "Dívida Líquida" é composta pelo total da dívida, subtraído do valor das dívidas financeiras, e do valor da caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras (sendo a dívida líquida ajustada) e, (b) o "Ebitda" significa o lucro ou prejuízo da Companhia, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e da participação de acionistas não controladores (sendo o EBITDA ajustado). Além disso, o contrato possui covenants não financeiros e outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado as quais são constantemente monitoradas. **13. Patrimônio líquido** – a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de 21.000, e em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$ 388.413, dividido em 392.336.428 (trezentas e noventa e duas milhões, trezentas e trinta e seis mil, quatrocentas e vinte e oito cotas durante o exercício de 2023 e 2022, que foram convertidas em ações nominativas durante o exercício 2024 conforme divulgado na Nota Explicativa 1), sendo assim distribuído:

	2024		2023		2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionista						
TerraForm Global						
Brazil Holding B.V.	392.336.423	99,99	392.336.423	99,99	392.336.423	99,99
TerraForm Global						
International						
Holdings B.V.	5	0,01	5	0,01	5	0,01
Total	392.336.428	100	392.336.428	100	392.336.428	100

(*) Correspondem a cotas convertidas em ações nominativas durante o exercício de 2024 na proporção de uma cota para uma ação ordinária. (Nota 1). Em 20 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital no valor de R\$ 367.413, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento do Grupo, não havendo cancelamento de ações. b) **Reserva de lucros:** b.1) Reserva legal: O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. b.2) Reserva de retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade. c) **Reserva de capital:** O montante se refere ao instrumento de capital entre a Companhia e a SE Emerging Markets, que, durante o segundo semestre de 2018, teve suas cláusulas alteradas, impedindo a cobrança desse saldo. Portanto, o instrumento foi reclassificado do passivo circulante para o patrimônio líquido. Em dezembro de 2024 o saldo remanescente de R\$ 4.163 foi pago a SE Emerging Markets. d) **Dividendos:** Dividendos mínimos obrigatórios: O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhias por Ações. Durante o exercício de 2024 por meio de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas deliberaram o pagamento do montante de R\$ 143.385 a título de dividendos intermediários, assim não havendo dividendo mínimo obrigatório remanescente a ser declarado, conforme ilustrado abaixo:

	2024			2023			2022		
Lucro líquido do exercício	149.387			145.187			107.808		
Constituição da reserva legal 5% (*)	(4.200)			(36.297)			(107.808)		
Lucro líquido ajustado	145.187			108.890					



TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

... continuação

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20 | (anteriormente denominada TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.)

registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários, conforme detalhado na respectiva nota explicativa. Em 14 de maio de 2024 e 17 de março de 2023, respectivamente, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossas opiniões continuam sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram ajustadas de forma retrospectiva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Receita de venda de energia fornecida e não faturada:** As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente da geração e fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas conforme regime de competência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura da energia gerada e disponibilizada pelas usinas, que se sucedem, em alguns casos, ao período de encerramento contábil. As controladas da Companhia utilizam como procedimento estimar o montante de venda de energia gerada e disponibilizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a efetiva receita de venda de energia. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$30.716 mil, R\$29.709 mil e R\$28.721 mil nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de geração e fornecimento de energia, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa e determinação dos montantes de receita de venda de energia fornecida e não faturada por parte da diretoria; (ii) reconciliação do saldo de receita de venda fornecida e não faturada com os registros contábeis; (iii) comparação do valor estimado da receita de venda de energia fornecida e não faturada com o consumo médio real obtido através de relatórios disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no período subsequente e referente ao período anterior; e (iv) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consi-

deramos que as políticas de mensuração e reconhecimento de receita de venda de energia fornecida e não faturada adotadas pelas controladas da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025.



Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP - 034.519/O
Emerson Pompeu Bassetti – Contador CRC SP - 251.558/O